SEGURANÇA JURÍDICA E A EFICÁCIA DOS DIREITOS **SOCIAIS FUNDAMENTAIS**

2ª Edição Revista e Atualizada



CONSELHO EDITORIAL:

Adel El Tasse

Alessandra Galli

Ana Paula Gularte Liberato

Antonio Carlos Efina

Argemiro Procópio

Carlyle Popp

Claudia Maria Barbosa

Danilo Borges dos Santos Gomes de Araújo

Eduardo Biacchi Gomes

Elizabeth Accioly

Francisco Carlos Duarte

Goncalo N. C. S. de Melo Bandeira

Helena de Toledo Coelho Gonçalves

Ivo Dantas

James Marins

Jane Lúcia Wilhelm Berwanger

João Bosco Lee

José Antonio Savaris

José Augusto Delgado

José Renato Gaziero Cella José Renato Martins

Julio César Acosta Navarro

Luís Alexandre Carta Winter

Luiz Antonio Câmara

Marcos Wachowicz

Mário Ferreira Monte

Melissa Folmann

Néfi Cordeiro

Paulo Gomes Pimentel Júnior

Paulo Nalin

Rainer Czajkowski

Roberto Catalano Botelho Ferraz

Roland Hasson

Silma Mendes Berti

Vladimir Passos de Freitas

ISBN: 978-85-362-4176-0



Brasil - Av. Munhoz da Rocha, 143 - Juvevê - Fone: (41) 4009-3900

Fax: (41) 3252-1311 - CEP: 80.030-475 - Curitiba - Paraná - Brasil

EUTORA Europa – Escritório: Av. da República, 47 – 9º Dtº – 1050-188 – Lisboa – Portugal Loja: Rua General Torres, 1.220 - Lojas 15 e 16 - Centro Comercial

D'Ouro - 4400-096 - Vila Nova de Gaia/Porto - Portugal

Editor: José Ernani de Carvalho Pacheco

Carvalho, Osvaldo Ferreira de.

C331

Segurança jurídica e a eficácia dos direitos sociais fundamentais./ Osvaldo Ferreira de Carvalho./ 2ª edição./ Curitiba: Juruá, 2013.

330p.

1. Garantia (Direito). 2. Direitos sociais. I. Título.

CDD 340.1 (22.ed) CDU 340.1

0043

Visite nossos sites na internet: www.jurua.com.br e www.editorialjurua.com e-mail: editora@jurua.com.br

96+156

SUMÁRIO

Introdu	ıção17				
Capítul	o 1 – Teoria Constitucional dos Direitos Fundamentais25				
1.1	O caráter normativo dos direitos fundamentais				
1.2	O processo de concretização constitucional para a eficácia das normas de direitos fundamentais				
	1.2.1 Eficácia e Efetividade: Distinção Necessária32				
	1.2.2 Interpretação, Hermenêutica e Concretização Constitucional38				
1.3	Estrutura das normas jurídicas: regras e princípios52				
1.4	Conceitos de direitos fundamentais				
1.5	Dimensões ou "gerações" de direitos fundamentais67				
1.6	Acerca da multifuncionalidade dos direitos fundamentais72				
1.7	Categorias dos direitos fundamentais sob o ângulo funcional				
	1.7.1 Direitos Fundamentais como Direitos de Defesa78				
	1.7.2 Direitos Fundamentais como Direitos a Prestações80				
	1.7.2.1 Direitos a prestações em sentido amplo84				
	1.7.2.2 Direitos a prestações em sentido estrito88				
1.8	A natureza subjetiva e objetiva dos direitos fundamentais91				
1.9	Direitos fundamentais como trunfos contra a maioria100				
	1.9.1 A Posição dos Direitos Fundamentais como Trunfos no Estado Democrático de Direito				
Capítul	o 2 – Evolução Histórica e a Internacionalização dos Direitos Fundamentais111				
2.1 Formação e evolução histórica dos direitos fundamentais112					

	2.1.1 A Positivação dos Direitos Sociais Fundamentais				
	2.1.2 Os Direitos Sociais Fundamentais nas Constituições Brasileiras de 1934 a 1988				
2.2	Internacionalização dos direitos fundamentais				
2.3	A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 128				
2.4	A incorporação e a hierarquia dos direitos fundamentais sediados em tratados internacionais				
Capítul	o 3 – A Eficácia dos Direitos Sociais Fundamentais 159				
3.1	O surgimento e evolução do Estado Social e Democrático de Direito				
3.2	A consagração constitucional dos direitos sociais e o princípio da socialidade				
3.3	Concepções do Estado de Bem-Estar (Welfare State) 171				
3.4	Direitos sociais: sentido, alcance e universalidade 181				
3.5	Necessidade de afirmação da fundamentalidade dos direitos sociais 196				
3.6	Normas programáticas e normas definidoras de direitos sociais fundamentais				
3.7	A eficácia dos direitos sociais fundamentais				
	3.7.1 A Realização dos Direitos Sociais Fundamentais e a Reserva do Possível				
3.8	A natureza cláusula pétrea dos direitos sociais fundamentais 227				
3.9	O princípio da aplicabilidade imediata e da plena eficácia das normas definidoras de direitos sociais fundamentais — Alcance do art. 5°, § 1° da Constituição Federal de 1988				
Capítul	o 4 – Segurança Jurídica e o Princípio da Proibição de Retro- cesso Social na Ordem Jurídico-Constitucional Brasileira 243				
4.1	Segurança jurídica no Estado de Direito				
4.2	Da segurança jurídica à proteção da confiança				
4.3	Proteção da confiança como feição subjetiva da segurança jurídica 255				
4.4	Fundamentação jurídico-constitucional de uma proibição de retro- cesso social no Brasil quanto aos direitos sociais				

4.5	O conteúdo material do princípio da proibição de retrocesso social na Constituição Federal de 198826				
4.6	O reconhecimento do princípio da proibição de retrocesso social na ordem jurídico-constitucional brasileira20				
Capítu		O Estado de Necessidade Econômico-Financeiro e o Im pacto sobre os Direitos Fundamentais			
5.1		ia de estado de exceção			
5.2	A con	exão entre ditadura e exceção constitucional	276		
	5.2.1	A ditadura romana	277		
	5.2.2	O sentido da ditadura comissária de Carl Schmitt	278		
5.3	Os sis	temas de controle de crises	281		
	5.3.1	A lei marcial e o estado de sítio	281		
	5.3.2	O estado de exceção econômico-financeiro na primeira me tade do século XX			
5.4	Estado de necessidade (ou estado de exceção) econômico-financeiro: sentido e as experiências brasileira e portuguesa23				
5.5	O risco da exceção permanente29				
5.6	O estado de sítio econômico na Constituição e o impacto sobre os direitos fundamentais				
Conclu	são		307		
Índice	Alfabét	tico	323		